



De 21/10/2015 a 23/10/2015



## EDUCAÇÃO FINANCEIRA

BENDER , Alberto Tiago<sup>1</sup> tiago.bender666@gmail.com<sup>1</sup> TRENNEPOHL, Dilson<sup>2</sup>,  
dilson@unijui.edu.br; Bueno , Jardelina Neris<sup>3</sup>, jadebuenoneri@hotmail.com

<sup>1</sup>Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul- INIJUI, Rua do comércio, nº3000, bairro universitário Ijuí-RS, 98700-000

**Resumo:** *A educação financeira tem como principal objetivo instruir, informar os indivíduos a utilizarem seu dinheiro de forma mais consciente. Com um consumo mais responsável, os indivíduos são capazes de proporcionar uma base mais segura para as ações governamentais como a distribuição de riqueza em prol da qualidade de vida da população como um todo. Com um planejamento adequado de suas finanças, as pessoas tem um risco menor de se endividarem e em contrapartida, proporcionar um crescimento econômico da sociedade em geral.*

*Ao introduzir educação financeira na educação básica de ensino, a intenção governamental é ensinar esses alunos e futuros consumidores a terem uma maior compreensão de como trabalhar para manter uma vida financeira saudável. Fazendo com que esses desenvolvam valores, conhecimento e competências importantes para a condução autônoma da vida financeira, contribuindo para complementar a formação do cidadão.*

**Palavras-chave:** *educação financeira, crianças, jovens, futuro.*

Abstract: The financial education main objectives are to instruct and inform people to spend their money consciously. Thus, with a responsible consumption, individuals are able to sustain the government actions that are directly associated to the empowerment taking into consideration quality of life of an entire population. The financial planning induces people to spend less money; therefore, it leads to the financial development of the society.

The financial education when introduced in the elementary schooling by the government teaches the students and future consumers to have a greater understanding of a controlled and stable financial life. As a result, people develop values, knowledge and competencies that are important to conduct their financial life, contributing to the complementary formation of a citizen.

Keywords: financial education, children, youth, future.

### 1. INTRODUÇÃO

Para um país se desenvolver é preciso levar em consideração, além do crescimento econômico, a melhoria na qualidade de vida da população. Para isso, as pessoas precisam satisfazer suas necessidades básicas, como a educação, que proporciona conhecimento e melhora a utilização de recursos, trazendo melhoria crescente de produtos e serviços e a

introdução de novas tecnologias que geram mais empregos, mais segurança para a economia e mais recursos financeiros, melhorando a participação na comunidade.

Para a sociedade brasileira o consumo está diretamente ligado ao status de adquirir cada vez mais bens materiais que a mídia impõe como importantes para a vida. As facilidades de pagamento e promoções oferecidas fazem com que as pessoas não se planejem de forma adequada e acabam se endividando, pois não conseguem perceber que, por exemplo, várias parcelas de baixo valor podem atrapalhar seu orçamento.

Para muitos, o dinheiro é necessário para a sobrevivência momentânea e acabam esquecendo de realizar um planejamento para o futuro. Nesse ponto é que a educação é importante, pois orienta com informações confiáveis sobre o mundo financeiro dando condições para se tomar decisões efetivas e de forma adequada. Dessa forma, a educação financeira na escola deve ser direcionada a todos para ajudar as pessoas a planejarem seus futuros de maneira mais consciente.

A educação financeira tem como principal objetivo instruir, informar os indivíduos a utilizarem seu dinheiro de forma mais consciente. Com um consumo mais responsável, os indivíduos são capazes de proporcionar uma base mais segura para as ações governamentais como a distribuição de riqueza em prol da qualidade de vida da população como um todo. Com um planejamento adequado de suas finanças, as pessoas tem um risco menor de se endividarem e em contrapartida, proporcionar um crescimento econômico da sociedade em geral.

Ao introduzir educação financeira na educação básica de ensino, a intenção governamental é ensinar esses alunos e futuros consumidores a terem uma maior compreensão de como trabalhar para manter uma vida financeira saudável. Fazendo com que esses desenvolvam valores, conhecimento e competências importantes para a condução autônoma da vida financeira, contribuindo para complementar a formação do cidadão.

Nesse sentido, a escola torna-se o ambiente em que crianças e jovens adquirem não apenas conhecimentos, como também a capacidade de viver em sociedade, fazendo escolhas que influenciarão na realização dos seus sonhos e suas atitudes influenciam na sociedade. A educação financeira, entendida como um tema transversal, dialoga com as diversas disciplinas dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, de forma a possibilitar ao estudante compreender como concretizar suas aspirações e estar preparado para as diversas fases da vida. Com o objetivo de introduzir a educação financeira em todo o processo de formação de crianças e jovens, a ENEF (Estratégia Nacional de educação

Financeira) desenvolveu o Programa Educação Financeira nas Escolas, levando esse conhecimento para a educação básica.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

No Brasil, infelizmente, a educação financeira não é parte do universo familiar nem escolar. Assim, as crianças não aprendem a lidar com o dinheiro. Aprender a lidar com o dinheiro é fundamental para se ter uma vida sem oscilações econômicas.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) foi instituída por decreto presidencial e tem como objetivos: promover a educação financeira e previdenciária; aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização. Com a Enef, a educação financeira passa a ser uma política de Estado, de caráter permanente, envolvendo instituições, públicas e privadas, de âmbito federal, estadual e municipal.

As ações da Enef podem ser oferecidas por instituições públicas ou privadas. As ações são obrigatoriamente gratuitas, devem ser de interesse público, não podem ter caráter comercial e não podem recomendar produtos ou serviços financeiros. O conteúdo deve ser imparcial e técnico, sem nenhum tipo de viés. Para definir planos, programas, ações e coordenar a execução da Enef, foi instituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef). Esse Comitê é composto por quatro órgãos reguladores do mercado financeiro – Banco Central (BC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); quatro ministérios – Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Previdência Social (MPS) e Ministério da Fazenda (MF); quatro representantes da sociedade civil, renovados a cada três anos – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban) até 31 de dezembro de 2014.

O Conef firmou convênio com a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) para execução de algumas ações da Enef. Esse convênio é válido até 30 de dezembro de 2016 e pode ser renovado. Outras entidades e organizações da sociedade civil podem ser convidadas a participar e colaborar com o Conef.

A evolução econômica no país é recente, que tudo indica que prosseguirá, acompanhada de inclusão social, contribuiu para impulsionar o desenvolvimento tanto para aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) quanto para modificar a composição e distribuição de renda. Nesse contexto, diversos desafios, listados abaixo, exigiram uma resposta estruturada e articulada pelo Estado e pela sociedade.

Aspectos sociais e econômicos mudaram bastante nos últimos anos: entre 2002 e 2007, a classe média aumentou de 32% para 47% da população total, incorporando mais 23,5 milhões de pessoas. Além disso, a pobreza extrema passou de quase 12% para 5% da população entre 1992 e 2007, um decréscimo de quase 60%. Ao mesmo tempo, a disparidade na distribuição de renda no Brasil, tradicionalmente alta, passou por modificações significativas. Entre 1993 e 2007, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a desigualdade de renda foi reduzida de 0,604 para 0,556, indicando migração de riqueza entre brasileiros. Também foi observada alteração significativa em aspectos demográficos: a expectativa de vida aumentou de 51 anos em 1950 para quase 73 em 2008. Se os acréscimos na longevidade continuarem nesse ritmo, a expectativa de vida dos Brasileiros será em breve de 81 anos. Da mesma forma, a população com 40 anos ou mais aumentou significativamente (4,2%) em relação a 2006, e houve um decréscimo de 0,7% dos jovens (de 0 a 14 anos) no mesmo período. Essa mudança demográfica requer ajustes na regulação da previdência social. Essas alterações nas dimensões demográfica, social e econômica terão impactos nos padrões de consumo, poupança e investimento. O crédito, por exemplo, cresceu entre 2002 e 2008 de 22% do PIB para quase 40%, uma porcentagem ainda pequena quando comparada com outros países, mas crescendo rapidamente. A demanda crescente de consumidores e investidores para produtos e serviços financeiros também chegou a outros setores do Sistema financeiro, como os mercados de capital, fundos de pensão, seguros e capitalização, que se tornaram populares. Assim, uma gama crescente de produtos financeiros (empréstimos, poupanças, investimentos, seguros e planos de pensão) oferecidos aos consumidores veio acompanhada de mais responsabilidade em suas escolhas. Essa complexidade torna as decisões mais difíceis, já que é necessário comparar características de cada opção para fazer escolhas conscientes. Mesmo entre produtos bastante similares, pode haver diferenças importantes entre os riscos, lucros, custos, prazos de maturação, direitos de monitoramento, participação e informação. Além disso, durante os anos 70, 80 e parte dos anos 90, a inflação era muito alta no Brasil. Os preços eram regularmente ajustados com base na inflação passada. Essa

memória inflacionária faz com que os cidadãos consumam imediatamente, na expectativa de que os preços aumentarão rapidamente. Finalmente, como uma pesquisa nacional mostrou, a educação financeira é baixa: as pessoas não planejam seus gastos no longo prazo, demora para se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão completamente cientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes. Sendo assim, uma estratégia nacional de educação financeira é extremamente necessária e bemvinda para confrontar essa realidade.

Como uma estratégia coordenada nacionalmente para aumentar o poder dos consumidores, políticas sobre educação financeira, inclusão financeira e proteção do consumidor foram estabelecidas. Essas políticas são sinérgicas e complementam umas às outras. Como visto acima, a ENEF foi estabelecida por um Decreto Presidencial. Outro Decreto<sup>11</sup>, em 2013, estabeleceu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC). A inclusão financeira é tratada na Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), que representa um compromisso de alto nível com a promoção de inclusão financeira adequada no Brasil. O Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional dessa Parceria estabelece oito ações prioritárias a serem implementadas até 2014. Essas ações têm como foco a avaliação, regulamentação, educação financeira e transparência, e são consistentes com os Princípios para Inclusão Financeira Inovadora do G20. Além disso, eles estão em concordância com os objetivos que o Banco Central do Brasil se comprometeu a seguir na Declaração Maya, o compromisso da rede Alliance for Financial Inclusion (AFI) com a inclusão financeira. O foco da ENEF está no desenvolvimento e implementação de programas para três públicos-alvo: crianças, jovens e adultos. A ENEF chegará às crianças e jovens principalmente por programas a serem desenvolvidos em escolas de ensino fundamental e médio, sob a orientação do Ministério da Educação (MEC) e com a colaboração das secretarias de educação estaduais e municipais. Programas que utilizam parcerias com agentes privados e públicos capazes de multiplicar o efeito das ações da ENEF serão utilizados para alcançar os adultos. Essas ações incluirão portais de Internet, palestras, publicações, seminários, reuniões regionais, competições, centros de atendimento telefônico, campanhas de publicidade, cursos, programas de TV, feiras, espaços culturais e outros. Algumas dessas ações serão detalhadas nas próximas seções.

A ENEF é inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2005, adaptado para a realidade brasileira: “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.

Inicialmente, três grandes fontes foram consideradas para avaliar as principais necessidades da ENEF: uma pesquisa nacional de educação financeira, experiências de outros países, e dados de consumidores coletados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco Central. Os resultados da Pesquisa Nacional de Educação Financeira confirmaram as impressões iniciais dos reguladores de que o nível de educação financeira da população é baixo. Essa pesquisa descobriu que 36% dos entrevistados informaram ter perfil de tipo gastador e apenas 31% deles guardam dinheiro regularmente para a aposentadoria. Também foi observado que uma parcela cada vez maior da renda familiar está sendo alocada para o consumo, o que torna as atuais taxas de poupança tão baixas. A pesquisa entrevistou 1.809 pessoas com diferentes rendas e níveis educacionais em seis capitais de estado. O objetivo da pesquisa era avaliar o grau de educação financeira da população, detalhando os vários temas relacionados ao orçamento familiar, hábitos de gasto e poupança, relacionamento com as instituições do sistema financeiro, conhecimento e percepção de diferentes produtos financeiros e formas de pagamento, e abordando formas de poupança, crédito, investimento, planos de previdência, seguros e capitalização.

O conhecimento dos cidadãos sobre as agências regulatórias no sistema financeiro também foi investigado. Os resultados da pesquisa serão utilizados como linha de base para futuras comparações. Considerando o tamanho e população do país, a pesquisa foi planejada para ser realizada em três passos. Inicialmente, uma revisão foi feita para identificar iniciativas similares, para então auxiliar na formulação de itens e evitar erros e sobreposições. Posteriormente, oito grupos focais foram realizados, divididos de acordo com a idade e faixas de renda. Por fim, a pesquisa foi realizada, com 1.809 respondentes. Amostras foram ponderadas conforme a localidade e o grupo de renda. Experiências de outros países, como os Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Austrália e Nova Zelândia também foram consideradas. Pela análise dessas experiências internacionais, foi observado que a

necessidade de educar financeiramente os cidadãos é largamente reconhecida. A popularização da Educação Financeira vem da percepção da sua relevância na sociedade devido a fatores como a complexidade e variedade crescente de produtos financeiros, aumento na expectativa de vida, e mudanças na composição e distribuição de renda. Além disso, dados de consumidores foram coletados do Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco Central, que atende a 500 mil usuários por ano, divididos aproximadamente em 50% solicitações de informações e 50% reclamações. Os resultados coletados dessas três grandes fontes foram classificados em nove temas: planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros, investimentos, previdência social, seguros, capitalização, e proteção e defesa do consumidor. Em cada tema, os resultados foram usados para descrever cenários atuais e apontaram os principais desafios a serem encarados na educação financeira da população. A partir da definição e descrição dos temas, os resultados ajudaram a desenvolver uma matriz de conteúdo e um plano de ação para guiar a educação financeira nas escolas e para os adultos.

A recente ascensão econômica dos brasileiros coloca o cidadão em contato com novas situações e operações financeiras pouco familiares para muitas pessoas. Somado a isso, o aumento das possibilidades de consumo torna necessário promover a educação financeira para despertar a consciência da população quanto às suas decisões individuais e familiares relacionadas a seus recursos.

Adotar decisões corretas proporciona uma vida financeira menos suscetível a impactos negativos não só a vida de cada um, como também no futuro do nosso país. A educação financeira convida a todos para ampliar sua compreensão a respeito dessas escolhas, sendo um conhecimento que possibilita o desenvolvimento de uma relação equilibrada com o dinheiro.

A entrada da Educação Financeira nas escolas se dá por diversas razões amplamente estudadas. Entre essas razões se destacam os benefícios de se conhecer o universo financeiro e de se tomar decisões financeiras adequadas, que fortaleçam o comando autônomo da própria vida e, por extensão, do âmbito familiar e comunitário. A Educação Financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a enfrentar seus desafios cotidianos e a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Alunos e professores financeiramente educados são mais autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só a própria qualidade de vida como a de outras pessoas.

Flexibilidade e adaptação é o que define a proposta pedagógica da educação financeira, sempre considerando a postura participativa e cooperativa por parte do educador e do aluno que vão utilizá-lo. Mas, você pode estar se perguntando: por que e como devo levar a Educação Financeira para a sala de aula? Em 2008, quando da construção do Programa Educação Financeira nas Escolas, adotou-se como referência a pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular. Naquele ano os números acerca da organização financeira doméstica das famílias brasileiras eram considerados preocupantes: 36% dos pesquisados declararam ter um perfil gastador, 54% não conseguiram honrar suas dívidas pelo menos uma vez na vida e apenas 31% poupavam regularmente para a aposentadoria. Observou-se, ainda, que uma parte crescente da renda familiar destinava-se ao consumo, o que tornava as taxas de poupança demasiadamente baixas.

Dados como esse indicam que o trabalho de Educação Financeira nas escolas precisa cumprir o papel de disseminar informações objetivas. Desse modo, levar a Educação Financeira para o maior número possível de pessoas pode ajudá-las a resolver suas dificuldades, bem como permitir que planejem melhor suas vidas para que consigam ter mais condições de alcançarem metas e sonhos.

Nesse sentido as escolas têm como contribuir de forma significativa ao educar os alunos financeiramente, pois eles, por sua vez, levariam esse conhecimento para suas famílias causando um efeito multiplicador. O conceito de educação financeira adotado pela ENEF identificou-a como um processo a ser desenvolvido por meio de três vertentes – Informação, Formação e Orientação. O documento “Orientações para Educação Financeira nas Escolas” destaca a Informação e Formação como base para o desenvolvimento do tema no contexto escolar. Por informação entende-se o provimento de fatos, dados e os conhecimentos específicos para tornar as pessoas atentas a oportunidades e escolhas financeiras, bem como às suas consequências. A vertente formação refere-se ao desenvolvimento dos valores e das competências necessárias para entender termos e conceitos financeiros por meio de ações educativas que preparem as pessoas para empreender projetos individuais e sociais. O material, bem como sua metodologia de utilização, foi desenvolvido utilizando-se referências do sistema financeiro e a cultura do brasileiro. A aplicação do programa e utilização do material em outros países deverá considerar, portanto as especificidades dos sistemas financeiros locais.

A Educação Financeira tem um papel fundamental ao desenvolver competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma



base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo.

### **3. RESULTADOS PRELIMINARES**

Conhecer a comunidade escolar, considerar suas necessidades, procurar contextualizar as atividades, serão tentativas de se poder realizar uma proposta que inclua assuntos relacionados com Educação Financeira. Desta forma cada escola que desejar trabalhar com uma prática disciplinar, deverá passar por uma transformação pedagógica caso não seja uma prática adotada pela escola.

Os resultados apontam que a Educação Financeira é uma necessidade social, que possibilita os alunos a refletir sobre os seus problemas financeiros, a forma como realizam os seus planejamentos, a forma como estão fazendo as suas escolhas e que objetivo eles têm para a suas vidas, seu futuro, de modo que eles possam se sentir incluídos como cidadãos.

Com o avanço de novas tecnologias e a recente demanda por um pensamento de consumo consciente, se deu início com 450 escolas públicas, no ano de 2010, o projeto piloto de Educação Financeira, que pretende chegar a mais de 200 mil instituições de ensino oficial com o fim de erradicar o analfabetismo financeiro no país.

A ideia é que a solução para evitar ou ao menos combater o endividamento precoce dos jovens passa pela educação financeira, produzida em ambientes público e privada. Em ambas as esferas, pensa-se que as incorporações de disciplinas atreladas ao planejamento orçamentário e às finanças domésticas nas matrizes curriculares do ensino fundamental e médio se mostra um caminho.

### **4. CONCLUSÕES**

Este tema deve ser tratado com muita importância, pois é atual e de grande interesse. É assunto que precisa ser melhor trabalhado em sala de aula para que atinja seus objetivos e que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial, as mais humildes que necessitam de um bom planejamento financeiro para atingir suas metas para o futuro.

Educar as pessoas em relação ao dinheiro deve ser na direção de fazê-los alcançar uma

maturidade financeira, ou seja, a capacidade de adiar os desejos em função de futuros benefícios. Atingir essa posição não é fácil, pois a natureza do ser humano buscar a satisfação imediata de todos os seus desejos e necessidades. Desse modo, a educação financeira deve fazer parte da vida das pessoas desde cedo, procurando sempre ensinar um melhor planejamento para o futuro.

## **5. AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que de uma forma ou de outra colaboraram na minha formação acadêmica.

## **6. REFERÊNCIAS**

BRASIL: IMPLEMENTANDO A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em

[http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia\\_Nacional\\_Educacao\\_Financeira\\_ENEF.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf).

Acaso em 14 set 2015. Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2013.

Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em

<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>. Acesso em 16 de jun de 2015.

Educação Financeira. Disponível em <http://minhaseconomias.com.br/educacao-financeira>.

Acesso em 16 de jun de 2015.

Programa de educação financeira nas escolas – como implementar.

Disponível em [www.edufinanceiranaescola.gov.br\\_como-implementar\\_.pdf](http://www.edufinanceiranaescola.gov.br_como-implementar_.pdf). Acesso em 17 jun 2015.

A pesquisa, em parceria com a BM&FBovespa, foi conduzida pela Data Popular ([www.datapopular.com.br](http://www.datapopular.com.br)), uma organização de pesquisa social.

## **7. RESPONSABILIDADE AUTORAL**

“Os autoressão os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.